

## A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS COMO CONTEÚDO ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DA CONCIÊNCIA CRÍTICA E CIDADÃ DOS ALUNOS

*Luana Silva Bertholino*

Universidade de São Paulo

**Resumo:** O presente artigo tem a finalidade de salientar a importância da temática dos Direitos Humanos como conteúdo escolar dentro das escolas públicas e privadas para favorecer a construção da consciência crítica e cidadã dos alunos desde os anos iniciais de sua vida escolar. Os direitos humanos são direitos históricos, fundamentais e universais garantidos à todas as pessoas de qualquer parte do mundo, e assim sendo, tais pessoas têm que saber seus direitos para cobrar que os mesmos sejam efetivados de maneira íntegra. Vive-se uma crise de valores gerada pelo sistema econômico capitalista onde o verbo ter é mais importante que o verbo ser, fazendo com que a sociedade sinta uma carência de valores morais e de criticidade para avaliar os acontecimentos diários sem a ótica deturpada da imprensa que algumas vezes trabalha por interesses próprios, inclusive, deturpando a imagem dos direitos humanos e divulgando ações distorcidas de instituições que lutam em prol da efetivação dos direitos de todos. O objetivo de falar sobre direitos humanos dentro das salas de aulas é interiorizar nos alunos princípios de respeito, tolerância, igualdade para que os mesmos busquem e lutem também por uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras chaves:** Direitos humanos, educação, cidadania, sociedade.

### **Introdução**

Os direitos humanos são direitos alienáveis, inquestionáveis e garantidos por sua Declaração Universal de 1948 onde consta como 1º artigo que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Sendo assim, todos os homens de qualquer nação e de qualquer classe social têm que conhecer e entender seus direitos para que os mesmos não sejam esquecidos e/ou negligenciados por nenhuma instituição, ou autoridade ou quem quer que seja. Para que todos conheçam seus direitos e lutem por eles, é imprescindível que tenham acesso desde as primeiras séries da educação infantil quando a criança aprende regras de sociabilidade e

convivência. É evidente que em cada fase escolar o tema deve ser tratado de acordo com a faixa etária dos alunos, porém, é importante que tais conceitos sejam iniciados juntos com as primeiras lições das crianças para que elas aprendam o direito humano mais importante e que norteia todos os outros: respeitar o próximo.

É fundamental ressaltar que a própria educação é um direito humano. Consta no artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos que:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da pessoa humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades individuais Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Por mais que a educação seja um direito humano, o que consta na Declaração não é seu acesso somente, mas a qualidade do ensino principalmente. Qualidade de ensino e estruturas físicas apropriadas para receber seus alunos com qualidade e segurança. A escola tem que propiciar que a aprendizagem aconteça em todos seus espaços e para tal sua estrutura tem que estar em perfeitas condições.

Se hoje os direitos humanos ainda não estão enraizados na consciência dos brasileiros, parte dessa responsabilidade é da própria sociedade civil que não requer seus direitos e não ensina aos pequenos a requererem também. Os educadores têm a obrigação de abordar o tema em sala de aula para que a construção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária seja um objetivo de todos os cidadãos. A escola é o espaço ideal para que tais princípios sejam abordados. Lá que as crianças terão noções de disciplina, de convivência, de interação. Na escola que sua criticidade começará a ser construída e é nesse ambiente tão rico e acolhedor que a criança começará a enxergar o seu colega como um igual.

Segundo Benevides (2001), a educação em direitos humanos só pode ser uma educação voltada para a mudança e não para a conservação de um sistema desatualizado e antiquado. É urgente a mudança na educação brasileira, é urgente que os conceitos de respeito e igualdade sejam trabalhados na escola no conteúdo programático, e não apenas no currículo oculto e disfarçados entre um tema e outro. É urgente que se fale de ética e justiça social dentro da sala de aula, da forma mais clara, intensa e pontual possível para que se tenha daqui a alguns anos uma sociedade mais cordial e mais amável.

## **Direitos Humanos e Sociedade**

De acordo com Piaget (1994), toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade é o respeito que o indivíduo adquire por essas regras. Obedecer uma regra, simplesmente por ser uma regra, não faz com que os indivíduos internalizem efetivamente seu conceito. Sendo assim, ele respeita o espaço do outro porque assim foi dito que ele deve proceder, diferentemente da pessoa que respeita o espaço do outro porque entende que o outro tem direito desse espaço assim como ela própria tem direito ao seu espaço. Obedecer uma regra às cegas não faz com que o indivíduo seja uma pessoa tolerante, mas o mesmo tem que entender as razões pelas quais essa regra foi criada e respeitá-la além de cobrar de quem não o faz. As regras de convivência e sociabilidade têm que ser passadas para as crianças de forma que as conquistem, e façam sentido para elas. O processo de aprendizagem acontece diariamente, progressivamente, repetidamente. É dessa forma que, os conceitos e os princípios dos direitos humanos devem ser transmitidos aos alunos desde a educação infantil.

O processo de construção da personalidade e dos valores começam no nascimento e acompanham cada pessoa em todos os dias de sua vida. Todos os dias aprende-se algo, é impossível que se passe um dia sem que uma lição seja tirada dele. Esse processo não para quando a pessoa se torna adulta e todos mudam de acordo com suas experiências e vivências. Adquire-se valores, conquistas e pré-conceitos ao longo da vida. Segundo Araújo (2007), os indivíduos apropriam-se dos valores e automaticamente colocam alguns como centrais e outros como periféricos em sua vida. Ou seja, cada pessoa vai definir quais valores são centrais e periféricos e isso não significa que todos irão colocar o valor de amizade, por exemplo, como um valor central. Tal apropriação será definida pelo modo como essa pessoa conceitua internamente tal valor. Segundo Araújo (2007):

[...] entendo que no processo de desenvolvimento psicológico, durante toda a nossa vida, à medida que nossos valores vão sendo construídos, eles se organizam em um sistema. Nesse sistema de valores que cada sujeito constrói (que no fundo constituem a base das representações de si), alguns deles se de forma mais central em nossa identidade, e outros de forma mais periférica. O que determina esse é a intensidade da carga efetiva vinculada a determinado valor (ou contra valor) construí.

Analisando por essa linha, vê-se a importância da maneira que os valores são apresentados às crianças e o modo como elas se apropriam deles. Dessa forma, salienta-se também a importância da formação dos docentes em seu caminho acadêmico e a importância da postura que o mesmo apresenta dentro da escola. Não só o docente, mas toda a equipe escolar, desde a direção até seus funcionários são exemplos e referências para os alunos que estão ali construindo sua personalidade e seus valores morais. Diante desses motivos, é

fundamental que o respeito, a cidadania, a aceitação de toda diferença que foge do padrão devem ser trabalhados diariamente na escola e devem ser trabalhados por profissionais que realmente acreditam que estão contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. A equipe escolar tem que estar atenta à sua responsabilidade social. É importante pensar se os formandos em licenciaturas estão recebendo na graduação a devida orientação sobre essa responsabilidade perante a sociedade. Será que os futuros professores estão preparados para ensinar além da matemática e da história, mas também a formação humana e ética de seus alunos?

Como alguém que não se respeita, que não respeita os seus direitos, que às vezes nem os conhece e que não sabe defendê-los, poderia ensinar outro alguém sobre o exercício de algum direito ou sobre qualquer outro conteúdo de forma crítica e emancipadora? Ou como alguém que desacostumado a ser ético e agir, socialmente com justiça? Ou, ainda, como um professor que se deixa vencer pela rotina, por mais dura que possa ser, pode contribuir para a formação de sujeitos que exerçam plenamente a sua cidadania e saibam defender os seus direitos civis, sociais e políticos? (Padilha, 2005)

A figura do docente é fundamental dentro da instituição escolar, e se o mesmo não respeitar os direitos humanos e não reproduzir tais conceitos aos seus alunos, infelizmente o que se verá é um cenário social cada vez mais triste e violento. Os direitos humanos têm que ser discutidos também no ensino superior, em todos os cursos de graduação e pós-graduação para que a sociedade receba cidadãos conscientes de seus direitos e aptos para cobrar quando os mesmos não forem respeitados. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), fala o seguinte sobre o ensino superior:

A conquista do Estado Democrático delineou, para as Instituições de Ensino Superior (IES), a urgência em participar da construção de uma cultura de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos, por meio de ações interdisciplinares, com formas diferentes de relacionar as múltiplas áreas do conhecimento humano com seus saberes e práticas. Nesse contexto, inúmeras iniciativas foram realizadas no Brasil, introduzindo a temática dos direitos humanos nas atividades do ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, além de iniciativas de caráter cultura. (Brasil, 2007)

Quanto mais a sociedade estuda, fala, debate e entende sobre os direitos humanos, mais consciente, cidadã e igualitária ela será. A temática é urgente, e a importância da temática na educação é fundamental para a minimização e conscientização dos problemas sociais. Os alunos têm que se perceber como um cidadão de direitos e deveres. Para elucidar a importância dos direitos humanos dentro de um convívio social, basta que se pense a mesma sociedade sem os direitos humanos. Ou seja, a barbárie seria instaurada e a integridade física e

moral do indivíduo não valeriam absolutamente nada. As pessoas seriam condenadas sem chance de defesa, e as condenações poderiam ser desde a tortura a pena de morte. O indivíduo não teria valor numa sociedade sem os direitos humanos, e o mesmo não teria a quem recorrer se se sentisse lesado. De acordo com Genevois (2003):

Os direitos humanos são fundamentais ao homem pelo fato de ele ser homem. Não resultam de uma concessão da sociedade política, mas constituem prerrogativas à condição humana. Os direitos humanos não são estáticos, mas acompanham o processo histórico, processo não linear, pois também conhece retrocessos.

Entende-se que os direitos humanos estão muito além de decretos e leis, e são direitos inerentes ao homem e devem ser respeitados pelo bem-estar da sociedade.

Analisando a sociedade em se vive, não se pode deixar de falar sobre o poder midiático dos meios de comunicação. Infelizmente, o sistema econômico visa somente o lucro e as propagandas para que o consumo seja incentivado são produzidos para que atinjam o psicológico das pessoas e façam com que elas achem que precisam de tal produto. Mesmo que tenha um produto semelhante em casa. Não há como falar sobre educação em direitos humanos sem analisar o papel da mídia e a força que ela representa em todas as faixas etárias. E é exatamente para que as pessoas tenham criticidade para escolher e problematizar que a educação em direitos humanos voltada para a cidadania é importante. Sem a criticidade, todos serão hipnotizados pelo poder midiático sem a chance de reflexão sobre o mesmo. Segundo Diehl (2011):

Não é necessário que se exponha longamente sobre o papel absolutamente central que os aparelhos de mídia de massa (especialmente rádio e televisão) tiveram desde a sua ascensão à sociedade de consumo de massa, a ponto de haver no Brasil mais televisores do que geladeiras. Antes de serem educadas pelas professoras nas creches e escolas, as crianças são “apresentadas ao mundo” e “educadas” pelos programas de TV, pelos desenhos animados e pelas sedutoras propagandas nos intervalos comerciais. Enquanto isso, os adultos “esquecem da vida” alienando-se nas fantasias novelescas, e são informados dos conhecimentos do mundo (economia, política, sociedade, cultura etc) a partir das lentes (propositalmente deformadas) dos telejornais...

Com esse poder altamente influente da mídia, ela também pode ser vilã quando expõe para a sociedade que os “direitos humanos são direitos de bandidos” e este é um grande e grave problema que os ativistas sofrem pois são caracterizados erroneamente por parte da sociedade. Essa é uma das sequelas que o país recebeu dos tempos da ditadura e que permanece até hoje pejorativamente sobre os direitos do indivíduo. Essa é uma concepção errônea que tem interesses da classe dominante por trás, pois é conivente afirmar que os direitos humanos são direitos de bandidos, e assim o cidadão de bem não se enxerga como um

cidadão de direitos. É uma afirmação da classe dominante que criminaliza a classe dominada para legitimar seus anseios econômicos e sustentar as desigualdades sociais e de renda. Associa a violência à classe popular e tira seu direito de defender sua integridade física e moral. Sobre a ditadura, Genevois (2003) destaca:

A deturpação do significado dos direitos humanos era proposital por parte dos grupos de extrema direita, aos quais interessava a consolidação do status quo e do autoritarismo. Estas facções exploravam o medo da violência crescente e sobretudo a tomada de consciência das classes populares esmagadas ao longo de 21 anos de ditadura.

Tal afirmação fala sobre os anos 60, anos de ditadura mas podemos claramente entender como uma afirmação contemporânea. Os anos de ditadura foram extremamente dolorosos e ultrajantes, mas é um período que a sociedade brasileira não pode esquecer, para que não caia novamente em um regime autoritário que não promova as liberdades e direitos individuais e sociais.

### **Direitos Humanos como conteúdo escolar**

A escola é a segunda instituição importante na vida das crianças, perdendo apenas para a família e é na escola que ela deve receber a formação humana e acadêmica que levará por toda sua vida. No ambiente escolar a criança será apresentada a diversas situações novas no seu dia a dia que ela não passa em sua casa, como dividir a atenção da professora com diversos colegas. É o espaço de socialização onde ela aprenderá e construirá a aprendizagem em diversos aspectos, tais como: cognitivo, cultural, emocional e afetivo.

A escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. (Brasil, 2006)

A escola é um ambiente rico por ser multicultural, e a diversidade cultural deve ser trabalhada em todas suas expressões para mostrar aos alunos que não existem padrões e que todos temos os mesmos direitos, independente de raça, cultura, religião ou orientação sexual. É o ambiente em que os alunos aprendem que todos somos iguais, porém o que se percebe, diante de tanto preconceito e discriminação que o multiculturalismo não tem sido trabalhado nas salas de aula. A seguir seguem diversas situações e maneiras de como os direitos humanos podem e devem ser trabalhados na escola:

### *Na sala de aula*

A sala de aula é um dos principais momentos de aprendizagem dos alunos. É o momento da transmissão de conhecimento e da troca entre alunos e professores, pois ambas as partes têm uma bagagem cultural, cognitiva e emocional que devem ser valorizadas. Os direitos humanos podem ser abordados em meios as disciplinas tradicionais através de textos e exemplos da história, mas também podem ser abordados através de temas transversais e projetos interdisciplinares. O ambiente da sala de aula deve ser o mais respeitoso e harmonioso possível para que a convivência professor/aluno seja rica e proveitosa para ambos. Mas para os professores serem respeitados, eles têm que mostrar respeito aos alunos também. Respeitar sua história, sua vida, a comunidade em que vivem e não desmerecer de maneira nenhuma, nenhum aluno. O respeito deve ser, obrigatoriamente, mútuo. O respeito é um dos pilares dos direitos humanos, e se houver falha nesse princípio a convivência será comprometida negativamente.

### *Direitos Humanos e Gestão democrática*

É impossível a educação em direitos humanos em uma escola que não tenha uma gestão democrática, participativa e autônoma. Toda a equipe escolar é exemplo e referência aos alunos e se os mesmos perceberem que estudam em um ambiente autoritário, o discurso dos direitos humanos será vazio e hipócrita. A gestão escolar deve promover ações em que coloquem os alunos como protagonistas para que eles se percebam como sujeitos sociais importantes dentro da comunidade. Segundo Araújo (2000):

Uma escola com direção autoritária, em que todas as decisões são centralizadas nas mãos de uma pessoa ou de um pequeno grupo, em que as regras de convivência e o projeto pedagógico já encontram-se pré-determinados a partir dos valores e crenças de algumas pessoas, não permite o diálogo e a reorganização constante dos tempos e espaços escolares com base na busca coletiva de novos e melhores caminhos para os desafios cotidianos. Não será fácil professores e professoras que vivem em ambientes autoritários baseados em relações de heteronomia e de respeito unilateral trabalharem a construção de valores relativos à autonomia e à democracia com seus alunos e alunas.

Gestão, professores e alunos tem que ter a mesma busca pela consciência crítica e cidadã. Uma gestão voltada para a democracia valoriza tais preceitos e reconhece a importância da educação em direitos humanos onde todos têm sua participação garantida dentro do ambiente escolar.

A gestão democrática também reconhece a importância dos espaços físicos e as relações humanas dentro da rotina escolar. As relações interpessoais entre todos os envolvidos

nos processos de ensino aprendizagem (desde os funcionários, passando pela direção e professores e terminando nos alunos) devem ser pautadas na ética e no respeito para que a harmonia seja agradável para todos. O espaço físico deve favorecer a efetivação dos direitos humanos oferecendo a todos os envolvidos uma estrutura de qualidade que permita propostas de intervenções culturais e principalmente, acessível à todas as necessidades especiais. Não há efetivação dos direitos humanos se o ambiente escolar não atender às pessoas com deficiência, seja ela qual deficiência for. A escola deve promover a inclusão efetiva e integral das pessoas com deficiência, sem demagogia e de maneira pontual. Faz parte da educação em direitos humanos oferecer uma estrutura de qualidade, saudável, agradável e tranquilo aos educandos para que os mesmos se sintam parte do lugar que convivem, respeitem e preservem o mesmo. A escola é patrimônio da sociedade, e deve ser bem cuidada por todos.

### ***Escola e comunidade***

A educação em direitos humanos estabelece uma parceria com toda a comunidade ao redor da escola. A escola não pode se isolar da comunidade, e a comunidade não pode virar as costas para a escola. Como comunidade escolar deve-se entender todos os que ali vivem: os comerciantes, as famílias, as associações de bairros, os postos de saúde, a polícia local. Todos têm que estar envolvidos com a escola para garantir uma educação democrática e voltada para a cidadania. A comunidade deve fazer parte do currículo escolar, como nos diz Freire (1995):

Aprender na comunidade, com ela e para ela, significa usar a história de sua própria região, exteriorizando a cultura do silêncio. Significa aprender a engajar-se na sua própria região, tornando-se consciente da situação sócio-política e lutando para que as sociedades fechadas sejam transformadas em sociedades abertas... é uma questão de urgência que as escolas se tornem menos fechadas, menos elitistas, menos autoritárias, menos distanciadas da população em geral.

Os problemas dos bairros podem ser trabalhos ricamente dentro dos conteúdos escolares, e isso faz com que os alunos adquiram uma consciência sócio-política muito importante para sua cidadania. Faz com que os alunos entendam os problemas sociais e busquem melhorias, colocando-se como cidadãos de direitos, e lutando para que os mesmos sejam resguardados. Tal movimento também promove o protagonismo juvenil, que coloca os alunos no centro da aprendizagem e mostra que eles são responsáveis pelas suas ações e pelo entorno. A escola tem que preparar seus alunos para a vida e como ensina Paulo Freire (1996) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria



produção ou a sua construção”, o que significa que o conhecimento deve ser construído, descoberto, problematizado e nunca imposto.

Os direitos humanos podem ser introduzidos na escola de diversas formas, estes são só alguns exemplos, porém todas as maneiras das mais criativas de abordagem são válidas e eficientes quando falamos sobre a promoção da cidadania e da consciência crítica.

## **Conclusão**

É fácil de notar que os direitos humanos estão sendo negligenciados na sociedade. Basta ver nos noticiários as sangrentas e violentas reportagens retratando uma sociedade que não se respeita e não luta por seus direitos. Isso implica fortemente nos problemas sociais como violência e tráfico de drogas, por exemplo, pois quando a comunidade não vê alternativas para ter moradia, transporte, saúde e educação de qualidade ela desacredita no sistema político e acaba tomando rumos violentos. É imprescindível que as crianças comecem desde a educação infantil a receber uma educação em direitos humanos para que quando as mesmas forem adultas elas percebam-se como cidadãos de direitos e deveres e cobrem por aquilo que todos devem receber: serviços públicos de qualidade. De que vale uma educação que ensine apenas a gramática e a álgebra, mas não ensine a formação humana? Sim, os conteúdos têm o seu valor e são de extrema importância para os alunos, mas a escola não cumpre seu papel social se não mostrar aos alunos que eles também têm o seu. A sala de aula deve ser um ambiente de transformação social, promovendo questionamentos e problematizações sobre o mundo em que vivemos. Segundo Genevois (2003):

Desenvolver uma prática social solidária e participativa é um imperativo ético para aqueles que acreditam no ser humano, que aspiram por um mundo de paz, justiça e fraternidade. A classe média tem uma grande responsabilidade na educação daqueles que não têm voz, que não sabem que têm direitos, dos excluídos, da nossa sociedade injusta. Preocupados com a crise sombria em que vivemos, sentimos todos o dever de buscar algo maior que dê sentido de luta para a vida, e sentido à nossa esperança.

A solidariedade e a responsabilidade social devem ser sentimentos que todos os indivíduos devem nutrir em prol de um mundo novo e de um sistema que priorize as pessoas e não os objetos, pelo fim de qualquer tipo de intolerância e discriminação. Ninguém pode aceitar que as pessoas não sejam aceitas por terem uma religião, uma cultura, uma sexualidade ou uma etnia diferente do que se estabelece como padrão. Não existem padrões quando se fala da pessoa humana, simplesmente porque as pessoas não são objetos.

A sociedade brasileira precisa parar de culpar os políticos e assumir seu próprio papel político dentro da sociedade. É urgente que as escolas ensinem que a política está intrínseca na sociedade e mostre aos alunos que é interessante para a ordem excludente vigente que a política é inacessível quando na verdade não pode ser. A política rege a sociedade e deve-se dar a devida importância para esse fato, ainda mais quando a escola está formando os futuros eleitores. O poeta Bertold Brecht (2003) já dizia que o pior analfabeto é o analfabeto político que estufa o peito dizendo que odeia a política, mas que mal sabe ele que esta rege os preços que ele paga para viver, e que ainda, por conta da sua incompetência e alienação política nascem os corruptos, os bandidos, os menores abandonados e as prostitutas.

A busca pelo fortalecimento da sociedade civil tem que estar intimamente ligada à cidadania, e esta tem que ser trabalhada na escola exaustivamente. A educação em direitos humanos é uma ameaça à inércia e a alienação política da sociedade brasileira. A educação em direitos humanos prioriza a autonomia do indivíduo, mas para tal ele precisa conscientizar sobre seus direitos e deveres. Todas as pessoas devem receber serviços públicos de qualidade e não acontecer devem cobrar para que seus direitos sejam garantidos.

Só teremos uma sociedade mais justa, financeiramente equilibrada e igualitária com o investimento e incentivo à educação em direitos humanos. A atitude dos cidadãos brasileiros diante da política e aos seus próprios direitos só mudará quando mudar também a interação dentro da escola, os relacionamentos, os conteúdos e principalmente quando a educação em direitos humanos não for apenas um caminho, mas a prioridade dentro do sistema educacional. A transformação social é possível, basta que os educadores assumam seu papel social e reproduzam essa consciência aos seus alunos. Dentro de cada sala de aula está a chave para a mudança do país e está a chave da melhoria das condições de vida de cada brasileiro, a partir da sua conscientização e da sua incorporação como cidadão atuante no meio em que vive.

## **Referências**

- Araújo, U. F. (2000). Escola, democracia e a construção de personalidades morais. *Educação e Pesquisa* (USP. Impresso), 91-107.
- Araújo, U. F. (2007). *A construção social e psicológica dos valores*. In V. Arantes (org.). *Educação e valores: pontos e contrapontos* (pp. 17-64). São Paulo: Summus.
- Benevides, Maria Victória. (2001). Educação em Direitos Humanos: de que se trata? Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos (pp. 43-50). São Paulo.

- Brasil. (2006). Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, p. 76
- \_\_\_\_\_. (2007). *Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade: inclusão e exclusão social/* organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 4 v.
- Brecht, Bertold. (2003). *Poemas 1913 – 1956*. 6.ed. São Paulo: Editora 34.
- Diehl, Diego Augusto. (2012). *Democracia e educação em direitos humanos: um debate sobre o PNDH-3 eo NEDH à luz da pedagogia freireana*. Revista dos Estudantes de Direito da UnB, n. 10, pp. 275-297.
- Freire, Paulo. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra,
- \_\_\_\_\_. (1995). “Prefácio”. In Poster, Cyril & Zimmer, Jürgen (org). *Educação Comunitária no terceiro mundo*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- Genevois, Margarida. *Direitos humanos na história*. Enciclopédia Virtual de Direitos Humanos. Disponível em: < <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/margarid.htm>>. Acesso em 28/09/2015
- Padilha, Paulo Roberto. (2009). Educação em direitos humanos sob a ótica dos ensinamentos de Paulo Freire. *Múltiplas Leituras*, 1(2), 23-35.
- Piaget, Jean & Lenardon, Elzon. (1994). *O juízo moral na criança*. Grupo Editorial Summus.
- ONU. (1948). *Declaração universal dos direitos humanos*. Disponível em < [http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php)>. Acesso 26/09/2015.